



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 4, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 4 - EDUCAÇÃO E CULTURA. EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE.
DESCOLONIZAÇÃO DO SABER. EDUCAÇÃO E RELIGIÃO.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.04.02>

Recebido em: **04/09/2020**

Aprovado em: **07/09/2020**

A Escrita Indígena Kaimbé: diálogos antropológicos, sociológicos, filosóficos, literários e linguísticos na construção de uma educação decolonial, The Kaimbé Indigenous Writing: anthropological, sociological, philosophical, literary and linguistic dialogues in the construction of a decolonial education, La escritura indígena Kaimbé: diálogos antropológicos, sociológicos, filosóficos, literarios y lingüísticos en la construcción de una educación decolonial.

KARPIO MARCIO DE SIQUEIRA

<https://orcid.org/0000-0001-7752-8338>

RESUMO:

O presente artigo, fruto de uma pesquisa base e estratégica objetivou a partir da análise do poema “A cachoeira” da escritora indígena Brazilice Kaimbé, identificar as marcas de uma educação decolonial em processo, considerando que a escritura/inscrição dos povos indígenas subverte os padrões eurocêntricos de sistematização do conhecimento e se coloca num lugar identitário inédito nesse percurso, ainda, como direcionamento metodológico recorreremos aos enlaces antropológicos, sociológicos, filosóficos, literários e linguísticos para evidenciar os marcadores identitários do texto literário, considerando como ponto de partida as reflexões sobre os processos de (de)colonialidade na educação, convertendo essas postulações para o cenário da educação escolar indígena. Assim, foi possível identificar e apontar que o universo simbólico e identitário apresentado pelo poema, configura uma representação de uma educação decolonial.

ABSTRACT:

The present article, the result of a basic research and strategic, it aimed, from the analysis of the poem "A cachoeira" by the indigenous writer Brazilice Kaimbé, to identify the marks of a decolonial education in process, considering that the writing / inscription of the indigenous peoples subverts Eurocentric standards of systematization of knowledge and it is placed in an unprecedented identity in this path, for that, as methodological direction we resort to anthropological, sociological, philosophical, literary and linguistic links to highlight the identity markers of the literary text, considering as a point of the reflections on the processes of (de) coloniality in education start, converting these postulations to the scenario of indigenous school education. Thus, it was possible to identify and point out that the symbolic and identity universe presented by the poem, represents a representation of a decolonial education.

RESUMEN:

El presente artículo, resultado de una investigación y una estratégica tuvo como objetivo analizar el poema “A cachoeira” de la escritora indígena Brazilice Kaimbé, para identificar las huellas de una educación descolonial en proceso, considerando que la escritura / inscripción de los pueblos indígenas subvierte los patrones eurocéntricos de sistematización del conocimiento y se coloca en una identidad inédita en este camino, por eso, como dirección metodológica recurrimos a los vínculos antropológicos, sociológicos, filosóficos, literarios y lingüísticos para resaltar los marcadores de identidad del texto literario, considerando como un punto desde el principio, reflexiones sobre los procesos de (des) colonialidad en la educación, convirtiendo estas postulaciones al escenario de la educación escolar indígena. Así, se pudo identificar y señalar que el universo simbólico e identitario que presenta el poema, representa una representación de una educación descolonial.

Introdução

A crença de que as representações sociais são organizações intelectuais formadas a partir de uma identidade social, num papel dinâmico entre o elemento psíquico (o sujeito) e o objeto do conhecimento, concede-se pela convivência social e histórica do indivíduo a partir da função generalizadora da própria linguagem. Nesse caráter a criação coletiva está organizada e estruturada em termos de representações, mas, essa organização e estrutura é tanto configurada pelas influências comunicativas em atividade na sociedade, como, ao mesmo tempo, seve para tornar a comunicação possível. Moscovici endossa (2003, p.22) que “ as representações podem ser o produto da comunicação, mas também é verdade que, sem a representação, não haveria comunicação. [...] a mudança dos interesses humanos pode gerar novas formas de comunicação, resultando na inovação e na emergência de novas representações.”

Trazemos para o palco desse resultado de pesquisa as ideias das representações sociais, para criar ponte entre o cenário de uma educação decolonial, ao tempo que recorreremos a posteriori ao pensamento sobre a “Liquidez” de Bauman (2007) e vinculá-lo as marcas e formas de inscrição dos sujeitos nos cenários indígenas e outros, além de criar um preâmbulo com reflexões sobre a ótica capitalista, hegemônica em contraposição a uma educação decolonial. Com essa evidência, metodologicamente, recorreremos a pesquisa bibliográfica e documental para captação dos dados teóricos que deram suporte a este trabalho, e como técnica de análise dos dados, a análise do discurso (literário), entretanto, é salutar, apontar que este estudo tem como princípio a pesquisa básica e estratégica, ao objetivar apontar indícios de uma educação decolonial no processo de escritura literária dos sujeitos indígenas, e sob esta investigação, cuja, não outra abordagem, senão a qualitativa é a que certamente consegue traduzir esse fenômeno de inscrição subjetiva, que ao tempo identifica a cultura, as individualidades e a coletividade, corrobora de maneira direta, para princípios de uma educação decolonial.

Dessarte, ao longo desse texto, iremos discorrer sobre reflexões sobre o espaço da educação e a sua correlação com as ideias de (de)colonialidade, notas sobre autoria e identidade cultural indígena, os índios do sertão da Bahia, em especial, o povo Kaimbé, e por fim, iremos, em conversa com as esferas antropológicas, sociológicas, filosóficas, literárias e linguísticas evidenciar os marcadores identitários, e porque não decoloniais a partir do texto de Brazilice Ferreira dos Santos Kaimbé , e a partir do poema “ A cachoeira” trazer algumas considerações sobre o emblemático fazer simbólico da escritora no processo de registro/inscrição literária da tradição de seu povo.

(De)colonialidades: a educação na compreensão das identidades individuais e coletividades.

A sociedade vive um momento de liquidez, pois, existe uma velocidade outra das coisas e dos fenômenos, é como se não houvesse a necessidade de perdurar, é um nascimento que já pressupõem o seu avesso, a solidez centrada nos sujeitos, no mundo do trabalho e nos coletivos e suas respectivas relações não são mais inalteráveis, concretas e/ou duráveis. O Mundo globalizado ampliou a acesso social, ao tempo que também distanciou muitos sujeitos, tornando, assim, uma sociedade de fragilidades.

A “liquidez” (BAUMAN, 2007) da sociedade está nessa dicotomia entre o efêmero e o possível durável, a percepção do outro é mais imediata e menos comprometida com as carências que são próprias dos sujeitos e dos seus lugares de pertencimento, há, um esquecimento dos reais problemas, pela simples falta de não querer entendê-los, ou de, que a pressa necessária para resolvê-los não detém o olhar exato para poder escolher as estratégias mais pacíficas e flexíveis. Guatarri já preconizava essa lacuna,

As relações da humanidade com o socius, com a psique e com a “ natureza” tendem, com efeito, a se **deteriorar cada vez mais**, não só em razão da nocividade e poluições objetivas mas também pela existência de fato de um **desconhecimento** e de **uma passividade fatalista dos indivíduos e dos poderes** com relação a essas questões consideradas em seu conjunto. (1990, s.p, grifo nosso)

Em diálogo com Guatarri (1990) o entendimento de que há lacunas a cerca da consciência social, e estas precisam ser preenchidas, já pode ser considerada o passo inicial para uma mobilização para a coletividade, no sentido de entender que a certeza dessa ‘liquidez’ pressupõem, também, uma tomada de posição que minimize a tensão entre o espiritual e o material, provocando a necessidade de que grandes sociedades produtivas, concentradas nas esferas da materialidade, inclinem-se para o alcance de valores morais e/ou espirituais, conferindo, assim, um novo e desafiador papel para a educação, sobretudo quando está se desenvolve para e por grupos humanos indígenas.

Com a premissa de entender os conflitos da nossa época, rogamos ao pensamento de Bauman (2007, p.35, grifo do autor),

Massas cada vez maiores de *pessoas desperdiçadas* no equilíbrio político e social da coexistência humana planetária. A conseqüência da globalização do mercado financeiro e de trabalho, da modernização administrativa pelo capital, do modo de vida moderno, colaboram para os “escoadouros” humanos, excluindo os não pertencentes ao meio. [...] A vida moderna produz uma “escala crescente: a população supérflua, supranumerária e irrelevante - a grande quantidade de sobras do mercado de trabalho e o refugio da economia orientada para o mercado, acima da capacidade dos dispositivos de reciclagem”

O autor destaca em seu discurso o não entendimento dos sujeitos e a ótica excludente que é pertinente a própria perspectiva capitalista, majoritariamente, em detrimento a um olhar mais humanizado, o filósofo carrega para o cerne dessa discussão o processo de exclusão para os que não pertencem aquele meio, e a partir dessa concepção, podemos nos perguntar quem é que define as características do meio, já que esse meio é produzido pelos indivíduos e esses são impulsionados a pensar a partir das representações sociais a que estão submetidos, lançamos mão de várias perguntas: Qual a origem, então, dessas representações, quem as produzem e por que as produzem de maneira excludente?

Buscamos responder essas perguntas solicitando os empréstimos das falas de Oliveira e Candau quando dizem que

se a colonialidade do poder criou uma espécie de fetichismo epistêmico (ou seja, a cultura, as ideias e os conhecimentos dos colonialistas aparecem de forma sedutora, que se busca imitar), impondo a colonialidade do saber sobre os não-europeus, evidenciou-se também uma geopolítica do conhecimento, ou seja, o poder, o saber e todas as dimensões da cultura definiam-se a partir de uma lógica de pensamento localizado na Europa. (2010, p.21)

Diante dessa postulação e com o intuito de introduzir na nossa reflexão o pensamento decolonial, recorreremos a Boaventura quando este corrobora com argumentos que diretamente respondem as reflexões supracitadas, ao dizer que

o meu argumento é que esta realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial. **O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano,**

de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. **As colónias representam um modelo de exclusão radical que permanece actualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial.** Hoje, como então, a criação e ao mesmo tempo a negação do outro lado da linha fazem parte integrante de princípios e práticas hegemónicas. (SANTOS, 2009, p.31, grifo nosso)

Esse processo excludente ao qual o sociólogo critica, tem sua lógica ambientada no capitalismo, a quem Guatarri também faz uma menção negativa, e ambos desvelam essas lacunas de compromisso com o coletivo, ao apontar responsabilidades para os poderes outros que configuram as fragilidades sociais, mediante o modo unilateral e desumano de ver as diferenças e compreender a diversidade. Ainda, consoante a Boaventura, reforçamos a lógica decolonial, e dialogaremos com essa perspectiva para pensar a educação escolar indígena, nesse circuito multifacetado de sujeitos singulares que se constroem a todo momento em contato com o meio e com os outros.

Buscamos, então, um diálogo com a antropologia, que traz a seguinte reflexão,

Numa formulação de âmbito geral, no cerne da relação cultural do homem em sociedade está o relacionamento com o seu entorno, seu vínculo com o espaço habitado, sua percepção desse mesmo espaço e, por fim, com as **modalidades socialmente articuladas** de aproveitamento dos recursos naturais e de **reprodução do seu modo de vida.** (WALDMAN, 2006, p.42, grifo nosso)

A estas “modalidades socialmente articuladas” e a “reprodução do seu modo de vida” conjugam-se um **ambiente educacional escolar decolonial**, partindo do princípio que “a decolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber”. (OLIVEIRA;CANDAUI, 2010, p.24)

Nesse sentido, uma educação escolar para e pelos Povos Indígenas seria uma educação pautada nos princípios decoloniais, trazendo para o cerne das reflexões iniciais acerca da formação educacional da sociedade, uma configuração plural de escola, que esculpisse novas possibilidades de descoberta das pessoas, das suas representações e dos reconhecimentos das identidades.

Destarte, essa imagem de educação, inevitavelmente, vai potencializar uma crise de identidade, logo vamos refletir a luz de Araújo,

A crise da identidade dos indivíduos traz à tona a necessidade de se discutir a construção da identidade como modo de agir. Assim, a pergunta pelo “Quem?”, enquanto procura pela identidade, é o que permite aos indivíduos terem uma orientação básica em suas decisões e escolhas. Ninguém toma uma decisão sem qualquer distinção qualitativa que esteja situada em uma configuração moral. (2006, p.89)

Essa busca pela identidade, é uma tomada de consciência sobre novas configurações possíveis no espaço da sociedade, é uma desestruturação para renovar ideias, movimentos individuais e coletivos e novas perspectivas para o acionamento de novas representações de mundo. Hall (2006, p.7) reflete que “a assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.”

Esse abalo ao qual Hall se refere, dá espaço para a educação como princípio reconhecedor de identidades, vejamos que

o indivíduo, ao dirigir a sua vida para uma determinada direção formula a sua identidade. A história em andamento do indivíduo é, portanto, a formulação da identidade, que dá sentido ao que está sendo. [...] ao se lançar para o futuro, o indivíduo busca realizar o sentido da sua própria existência como identidade. (ARAÚJO, 2006, p.94)

Nesse cenário, potencializa-se o olhar para um futuro em construção, que repercutirá a soma dos esforços por uma equidade e qualidade na formação dos sujeitos, que em hipótese alguma, será desconectada das personalidades e das subjetividades dos homens e mulheres indígenas, o interdiscurso social deverá ser a mola propulsora para uma nova educação a partir do endereçamento exposto a seguir e das novas representações culturais dos indivíduos.

Deste modo, ao pensar essa educação escolar indígena, é reconhecer a abertura de espaço para que essa possível educação se entrelace ao fenômeno social das identidades, considerado a perspectiva decolonial, atentando para este lugar de ressignificação, possibilitando para tanto a reconstrução de signos que reparem os espaços não preenchidos pelo currículo na contemporaneidade e pelo imaginário predominantemente imposto, a partir do entendimento pelo viés decolonizador e seus desdobramentos, considerando que cada grupo humano indígena é gerador de novos significados e que, sobretudo, a noção de coletividade e igualdade é que pode equalizar os modos, intensidades e frequências políticas das inscrições dos sujeitos no mundo, tensionando, assim, a diminuição das lacunas de poder dos coletivos, ditos como minoritários na sociedade contemporânea. Dessas conjecturas, surgem os reconhecimentos das escritas de autoria indígena.

A autoria

Quando pensamos em autoria, esse tema automaticamente nos remete a um sujeito de empoderamento da escrita, ou seja, o autor, que é, sobretudo, um indivíduo que pertence a um lugar de poucos, destarte, o registo ao longo da história da humanidade foi privilégio de pequena parte da sociedade, no entanto, mesmo diante de opressões, silenciamentos, processos de invisibilizações, alguns sujeitos se sobressaíram do espaço opressor e deram vozes a sua cultura, história e identidade.

A essas vozes, somamos a ideia de Spivak (2011) quando indaga se o sujeito subalterno pode falar, em resposta a esse questionamento/afirmação, pontuamos escritas de sujeitos de identidade indígena que mesmo face a um silenciamento imposto, buscaram nas suas subjetividades representar uma coletividade a qual pertence, e antes disso, marcaram em seus processos de escrita a posição do escritor indígena do Sertão da Bahia.

Então, qual seria a função desse sujeito autor? Estudar sobre autoria, nos faz convocar um diálogo com Foucault (2006) a respeito da “função-autor”, em que o filósofo afirma que após o processo de escrita o sujeito da escritura morre, essa morte é subjetiva, e de uma particularidade existencial ciclicamente realizada a cada processo de escrita provocado pelo indivíduo escritor, ele sai de cenário, de vista, para que o “autor” possa figurar na condição de legitimador do ato discursivo, em suas variadas esferas. Cláudia Rejane Grangeiro, (2004, p.55, grifo nosso) realça,

Assim, qual seria o papel do nome do autor na ordem dos discursos? Pode-se referir a ela em diversas perspectivas: a “**legal**” – relacionada à noção de responsabilidade; a “**jurídica**” – referida ao problema da propriedade; a

“estética” – marcada pela problemática da originalidade; e a “referencial” – que aponta para o nome do autor como princípio de ordenação na trama discursiva.

Corroborando com a discussão emanada pela autora, podemos dizer que esse sujeito autor tem por natureza a responsabilidade, o direito, o modo particular e a própria referência subjetiva como marcadores do ato de escrita/discurso, desse ponto em diante, trazemos a ideia da escrita do povo da terra, na condição de remarcar a postura de Spivak (2010) sobre a condição do registro pelos sujeitos de identidade silenciados secularmente, então, poderíamos dizer que houve “mortes” de “autores” antes de suas condições enunciativas? A trilhar sob esse aspecto, não vamos subverter o pensamento Foucaultiano, mas desdobrá-lo num diálogo entre a condição identitária e a promoção da escrita dos sujeitos indígenas do Sertão da Bahia.

A autoria e Identidade Cultural Indígena

Durante muito tempo foi delimitado o acesso ao poder que a escrita confere na sociedade, é evidente que as marcas, dessa confinção de muitos sujeitos discursivos produziu um apagamento de identidades culturais de maneira violenta, projetando a invisibilização dos povos e de seus comportamentos sociais, possíveis progressos intelectuais e da própria linhagem social.

Em contrapartida, a escrita autoral permite aos indivíduos o resgate/reconhecimento da autoafirmação da identidade cultural, assim, a partir desse ato é possível “ descobrir, como a própria palavra sugere, implica coragem, luta e paciência. Muitas vezes a surpresa é agradável e o encontro muito melhor do que uma simples receita, pois apresenta a marca da individualidade.” (HEINING, 2003, p. 91)

Este encontro é o da individualidade construída pela sua interatividade social, o legado sociocultural particular ligado através dos diálogos com outros indivíduos e a partir deste encontro, reelabora uma nova concepção de identidade, e nesse contínuo se incorpora um escopo identitário entre o sócio e o eu. Hall e Woodward (2009, p.17) reforçam ao dizer que,

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões : Quem eu sou? O que eu poderia ser? Que eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem lugares a partir dos quais podem se posicionar e a partir dos quais falar.

Sobre esta representação, tomaremos como marca o processo de autoria na construção de uma identidade registrada e documentada historicamente, assim, se identificamos que existe uma intenção de denotar um percurso de identidade dos sujeitos indígenas no Sertão da Bahia, podemos aclamar para uma construção de âmbito popular, fortalecida pelas armas encontradas por esses sujeitos, seja pela sua oralidade transcrita, pela literatura, pela produção de materiais didáticos para as escolas indígenas ou nos gêneros acadêmicos produzidos por estes escritores indígenas, em outras palavras, no entrelace multilateral, na percepção de uma vontade coletiva e no constante desenho de um indígena do Sertão.

Logo, essa tomada de consciência identitária se perfaz em consonância a Gilroy (2007, p.126) a entender que “ a consciência da identidade ganha um poder adicional a partir da ideia de que ela não é o produto final da “audácia” de algum homem grandioso, mas o resultado de uma experiência compartilhada, enraizada e vinculada em especial a lugar, localização, linguagem e mutualidade.”

Compactuando com essa premissa, essa experiência compartilhada pode ser entendida como algo transregional, vincula-se no espaço de lutas dos indígenas, através dos seus próprios movimentos políticos, que deram e dão alicerce a novos modos de dizer da identidade e cultura do indígena sertanejo da Bahia.

MOSCOVICI (2003, p.35) defende que, “às vezes, é suficiente simplesmente transferir um objeto, ou pessoa, de um contexto a outro, para que o vejamos sob nova luz e para sabermos se eles são, realmente, os mesmos.” E ser os mesmos, nesse sentido, traduz-se pela relação de humanização que deve estar vinculada ao fenômeno de uma educação decolonial, é pensarmos a construção de identidades nas coletividades, e por estas e sobre estas considerarmos os espaços de individualidades e diferenças, pontuando, aqui as do povo Kaimbé.

Os índios do Sertão e sua produção Literária: no palco o povo Kaimbé

Ao longo de séculos, a classe dominante criou muitos artifícios de apagamento do sujeito indígena, sobretudo os do Sertão da Bahia, com as inúmeras tentativas violentas em relação a cultura, território, identidade e linguagem. Mesmo não sendo este o foco do estudo, consideramos que estas tentativas lograram de êxito em alguns quesitos, como o apagamento de alguns troncos linguísticos dos povos a exemplo dos povos Kaimbé e Kiriri, e ainda, da tentativa de mascarar a identidade indígena com o uso intencional da palavra “caboclo”. Pompa (2011, p274, grifo nosso) reafirma essa condição,

Em meados do século XVIII, com a radical mudança da política indigenista do governo (leis de 1775 e Diretório Pombalino), terminou a experiência das **aldeias missionárias do sertão do São Francisco**. Costuma-se datar nessa oportunidade o início do processo de “desaparecimento” ou “perda da visibilidade” dos grupos indígenas do sertão, mediante sua diluição na população sertaneja, paralelamente ao aparecimento da categoria “caboclo”, negadora da identidade indígena.

Entre os povos que sofreram fortes tentativas de apagamento cultural e identitário estão os do nordeste brasileiro, nesse estudo, os do circuito do Sertão da Bahia, que de maneira resistente asseguraram a sua postura cultural e identitária, são eles, os povos Atikum, Kaimbé, Kantaruré, Kiriri, Pankararé, Truká, Tumbalalá, Tuxá, Tupan, Xukuru-Kariri, que sobreviveram as múltiplas violências e marcaram sua tradição no cenário dos indígenas do sertão baiano.

Diante da ideia de assegurar uma postura cultural e de identidade, e um marcação da tradição indígena, é relevante destacar o papel da literatura dos povos da terra, ou seja, “[...] o jeito de viver dos povos indígenas vence o tempo: a tradição literária (oral, escrita, individual, coletiva, híbrida, plural) é uma prova dessa resistência”. (GRAÚNA, 2013, p.15). É nessa condição de escritor/inscritor que os professores/pesquisadores indígenas por meio da produção de materiais didáticos que atendam as suas especificidades, corrobora para o processo de inscrição deles mesmos e dos povos, e colaboram com os primeiros passos para a consolidação de uma educação escolar decolonial.

A partir dessas vitórias, conclamamos escritores da terra, no intuito de a partir de seus escritos apontarmos as marcas identitárias , de resistência e de reconhecimento da tradição cultural, assim, destacamos o povo Kaimbé situado na região de Euclides da Cunha, na Aldeia de Massacará, do qual trataremos dos textos da escritora/professora indígena Brazilice Ferreira dos Santos, a ver:

A cachoeira

A cachoeira da ilha
É o coração da aldeia
As águas que lá correm
É como sangue na nossa veia

Um rio d'água sem cheiro, sem cor
Um lugar sagrado de grande valor
Cachoeira de águas cristalinas e natural
Falta 1% para ser mineral

Cada órgão do nosso corpo
Tem a sua função
Devemos preservar a água
Para a futura geração

O pau ferro da ilha
É um ponto de referência
Fazemos reuniões, dançamos toré
Fortalecendo a cultura Kaimbé

(SANTOS, 2016, P.6)

Antes de adentrarmos a análise literária do texto, recorreremos a um estudo realizado acerca do povo Kaimbé, uma pesquisa de cunho antropológico, que colocaremos num diálogo intertextual com a seguinte passagem do poema, “A cachoeira da ilha/ É o coração da aldeia/As águas que lá correm/É como sangue na nossa veia” (Ibidem) , sobre esse trecho destacamos a postulação antropológica de Edwin Reesink (2011, p.513, grifo nosso)

A história dos Kaimbé é, de um lado, uma história de séculos de dominação interétnica, de forçadas mudanças culturais e de expropriação, com maior ou menor violência aberta ou encoberta, das suas terras, e, de outro, de grande invisibilidade nacional ou mesmo acadêmica. O local chamado de “**a Ilha**” é **parte fundamental** do território Kaimbé desde antes da fundação da aldeia, no século XVII, e se tornou mais importante ainda depois da redução da terra imposta pelo aldeamento.

Sob duas égides iremos dialogar com a afirmação do pesquisador: primeiramente ao trazer a ideia da dominação interétnica, pois desta provocamos uma subversão ao evidenciar como marca desse estudo uma ultrapassagem aos desenhos de uma história de dominação sobre o indígena, entendendo

que o poema carrega em si traços de valorização identitária, traduz-se em uma visibilidade acadêmica por se tratar de uma escritora que detém publicações em coletâneas de contos, organizações de livros, incluindo textos de autoria própria, já sobre o segundo ponto, consideramos assertivo, pois “ ‘A Ilha’ é parte fundamental”, discorremos ai sobre a ligação dos índios Kaimbé com a Ilha, “é como sangue em nossa veia” (SANTOS, 2016, p.6), é uma estampa da relação intrínseca aos povos da terra, “ Outro elemento também relevante para discutir a questão da identidade é a relação do homem com o espaço. Esta não é mais de fixação, mas de circulação.” (THIEL, 2012, p.122)

Desta relação do homem com o meio, identificamos a menção aos elementos da natureza como essenciais ao processo de identidade, de territorialidade e de pertencimento à terra-mãe, assim Brazilice Ferreira dos Santos (2016, p.6) escreve “Um rio d’água sem cheiro, sem cor / Um lugar sagrado de grande valor/ Cachoeira de águas cristalinas e natural/ Falta 1% para ser mineral” , dessa noção de integração com a natureza refletimos,

Um ser vivo não pode ser visto isoladamente como um mero representante de sua espécie, mas deve ser visto e analisado sempre em relação ao conjunto das condições vitais que o constituem e no equilíbrio com todos os demais representantes da comunidade dos viventes em presença. (BOFF, 2004, p.17)

Boff dialoga com a ideia posta pelo texto literário quando diz que é indispensável ao homem identificar as circunstâncias em que vive e está inserido, nesse sentido, a autora traz os elementos sensoriais “cheiro”, “cor” “mineral” como marcadores de um sentimento que só se pode traduzir por aqueles que vivem e entendem as condições que conferem à “Ilha” a condição de sagrada e venerada pelos indígenas Kaimbé.

Brazilice (2016, p.6) ainda faz uma assimilação literária com a ideia de sustentabilidade, ao dizer que “Cada órgão do nosso corpo/ Tem a sua função/Devemos preservar a água/ Para a futura geração” sobre esse saber do povo da mata, trazemos a ideia de que a cultura e a natureza são partes indissociáveis, o “corpo” não é espaço distinto da natureza, destarte o poema indica uma forte relação do sujeito indígena com a natureza, assim, “mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar “transversalmente” as interações entre ecossistemas, macanosfera e Universos de referências sociais e individuais. (GUATTARI, 1990, s.p.)

A autora no sentido de marcar o seu texto com o sentimento real do povo Kaimbé, conversa com a ideia de “transversalidade”, que Guattari postula ao identificar a indissociabilidade dos traços culturais e do pertencimento à terra/natureza, e ainda aborda elementos de “interação entre os ecossistemas”, na intenção de garantir uma relação harmônica entre o homem e a natureza para as gerações vindouras.

Na última estrofe do poema a escritora traz marcas da tradição indígena Kaimbé, e sobre este momento do texto que há uma forte representação dos significados que permeiam a cultura da povo perpassando os nichos pessoais, comunitários e políticos. Dessa escrita Thiel (2012, p.152) complementa que “ as obras indígenas fazem parte de movimentos literários/estéticos, indispensáveis à afirmação da cidadania, à valorização da alteridade e ao reconhecimento dos direitos de diversas etnias. Observemos, então a finalização do poema:

O pau ferro da ilha

É um ponto de referência

Fazemos reuniões, dançamos toré

Fortalecendo a cultura Kaimbé

(SANTOS, 2016, p.6)

É salutar perceber como a cultura dos símbolos se manifesta no nosso universo referencial, “ O pau ferro da ilha/ É um ponto de referência[...]”, nesse sentido evocamos os estudos acerca das teorias da cultura que apontam que a cultura é antes de tudo uma questão simbólica, antropólogos conferem que o comportamento do homem é simbólico e dessa concepção nasce a configuração de um espectro cultural que tem como marca primeira os signos, num processo que sugere uma acumulação histórica e um pleno estado de transformação.

Podemos identificar que historicamente e “[...] por razões ecológicas , consistindo o brejo com água, a ilha foi disputada por não índios em diversos momentos históricos, ou seja, sendo a melhor parte de suas terras, evidentemente causou grande cobiça nos brasileiros que gradativamente ocuparam o **sertão** de Massacará.” (REESINK, 2011, p.513, grifo nosso), no entanto, essa mobilidade física/territorial não foi palco para o enfraquecimento do sentimento de pertencimento à terra, assim, é demarcado no poema não somente o espaço físico “ Pau ferro da ilha”, mas o espaço de luta, de cultura e da tradição com vistas ao empoderamento dos sujeitos de identidade indígena Kaimbé.

Recorrendo a reflexões sobre a cultura como desdobramento da literatura aqui exposta, podemos citar Turner (2005, p. 49-50) que ratifica,

O símbolo vem a associar com os interesses, propósitos, fins e meios humanos, quer sejam estes explicitamente formulados, quer tenham de ser inferidos a partir do comportamento observado. A estrutura e as propriedades de um símbolo são as de uma identidade dinâmica, ao menos dentro do seu contexto de ação apropriado.

As pontuações de Turner sugerem que a cultura como marca de símbolos tem um caráter funcional, logo, a eleição do elenco de signos pertencentes a um determinado grupo social, depende, também, dos interesses e da necessidade de conservação desse estrato num determinado momento e espaço. Logo, adentramos nesse universo, na percepção da cultura pelo prisma tradição, a entendê-la como algo instituído, mas que tem funções, que se estabelecem, para e pelas relações dos grupos, aqui em destaque o povo Kaimbé.

Nessa perspectiva direcionaremos o pensamento de Malinowski (1975, p. 46) na percepção de que a cultura pode ser analisada sob o ângulo da função e da própria comunidade,

[...] A cultura é um conjunto integral [...] à base de uma série de princípios, tais como : a comunidade de sangue, por meio da procriação; a contigüidade espacial, relacionada à cooperação; a especialização de atividades; e por fim, mas não menos importante, o uso do poder na organização política [...]

Esse recorte emblemático do autor direciona-nos a uma percepção de cultura indígena, naturalizada desde sua primária constituição, essencialmente tende a atender a certos movimentos de vida em comunidade, e posteriormente, marcar politicamente o olhar ao outro, a si e as coisas ao redor.

Franz Boas (2004) contribui acrescentando que cada grupo cultural tem sua história própria e única, parcialmente dependente do desenvolvimento interno peculiar ao grupo social e parcialmente de influências exteriores às quais ele tenha estado submetido. Esse tecido cultural de cada grupo reúne marcas **lingüísticas** que, certamente, produzirão **figurações sociais** possíveis de **demarcar uma cultura** num dado e/ou em um contínuo fio temporal.

A partir desse olhar da linguagem, e reafirmando que nosso foco de estudo é perceber como a escrita literária indígena contribui para a consolidação de uma educação decolonial, recorreremos novamente ao texto em sua integralidade, e dele traremos os signos linguísticos que mais se entrelaçam no olhar indígena sobre o próprio indígena, assim, destacamos:

“A cachoeira” - “ilha” - “coração da aldeia” - “As águas” - “sangue” - “nossa veia” - “Um rio” - “sagrado” - “grande valor” - “cristalinas” e “natural” - “mineral” - “nosso corpo” - “preservar” a água - “futura” “geração” - “O pau ferro” da ilha - “referência” - “reuniões” - “toré” - “Fortalecendo” - “cultura Kaimbé”

Se no texto literário em pauta estas marcas gráficas se traduzem em um coletivo de símbolos da tradição indígena do povo Kaimbé, é sobre estas que devemos perceber que a escrita da terra carrega em si, marcas de uma simbologia ancestral e de relações terrenas, que desenham o modo de vida particular da comunidade. Um modo longe dos silenciamentos e apagamentos eurocêntricos, um modo que conserva a tradição, e usa as ferramentas de dominação como dispositivos de subversão para a própria inscrição e da comunidade local no mundo.

Considerações

Ao nos colocarmos na condição de pensar uma educação decolonial, nós precisamos enfrentar as configurações epistêmicas que são apresentadas a cada um de nós face aos espaços da ditos científicos por natureza, nesse sentido, ao trazer, para o palco dessa pesquisa um poema, há uma descentramento do lugar de direito desse texto, e quando esse texto é a representação de um grupo humano que originalmente, dedicou-se mais ao discurso oralizado do que ao escrito, nós, novamente, criamos aí um descentramento, obviamente, que todo essa (dês)construção é pautada no princípio decolonial, que não pretende destruir, mas, subverter, adicionar e reconhecer as potencialidades que ainda se encontram fora das estruturas ocidentalizadas por uma lógica do conhecimento eurocêntrica.

Nesse cenário, nascem os diálogos **antropológicos, sociológicos, filosóficos, literários e linguísticos**, que outrora, estão subvertidos, em favor de uma prática de escrita didática decolonial, não menor do que o texto científico, mas, mais sensível as identidades e as coletividades.

Assim, sendo o texto “A Cachoeira” uma representação da literatura indígena do Sertão da Bahia é dele que podemos observar um conjunto de símbolos, reacendidos pela representação da tradição do povo, e a partir dessa premissa, trilhou-se reflexões sobre a autoria, a autoria e a identidade cultural indígena e a presença da escrita literária indígena Kaimbé. Logo, o poema de Brazilice tem como marca principal a produção de símbolos dentro dos múltiplos universos criados na sua poesia, a autora tende a figurar signos não somente sobre os espaços físicos, mas também, sobre os sujeitos indígenas, os acontecimentos, sobre a própria natureza e sobre a cultura indígena, sua tradição e sobretudo a sua resistência e fortalecimento, esse tecido textual emana uma representação social do sujeito por ele mesmo, do local para o global pela própria visão do local, subverte-se para se fortalecer e se inscrever no planeta.

Destarte o estudo em referência é uma pequena abordagem das potencialidades identitárias impressas nos textos literários dos emergentes escritores indígenas do Sertão da Bahia, realçando apenas uma pequena amostra de uma produção, ainda, em grande parte silenciada, mas com grande expectativa de expansão, ao texto denotamos a sensibilidade de encontrá-lo na sua simples e honrosa forma, ao conteúdo nos detemos as possibilidades simbólicas em diálogo com o universo linguístico, a reflexão sobre o texto nos direciona a pensar sobre o fazer decolonial genuinamente instaurado nas práticas docentes indígenas, e a autora um olhar mais profundo sobre o seu fazer sentir ser índio pela poesia.

- ARAÚJO, Paulo Roberto M de. **Identidades contemporâneas: criação, educação e política**. Porto Alegre, R
- BAKHTIN, Mikhail M.; VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais da linguagem**. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.**
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969) In: **Ditos e Escritos – Estética: literatura e pintura; música** Universitária, 2006.
- GRANGEIRO, Cláudia Rejanne P. A Função-autor e as múltiplas faces do sujeito no cordel. In: **MACHADO da heterogeneidade enunciativa**. 1. Ed. Curitiba: PR: CRV, 2004. p. 53- 65.
- GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papirus, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed.Trad. Tomaz Tadeu da Silva Guacira Lopo
- HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença : a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- HEINING, Otilia Lizete de Oliveira Martins. Quando produzir textos faz sentido para educador e educandos. I.(orgs). **Escrita e Cidadania**. Florianópolis: Insular, 2003.p. 89-111.
- MALINOWSKI, Bronislaw. O que é cultura/ Análise Funcional da Cultura. In: **Uma Teoria Científica da** 1975.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais : investigações em psicologia social**. Petrópolis : Vozes, 2003.
- OLIVEIRA ,Luiz Fernandes de ; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **PEDAGOGIA DECOLONIAL E INTERCULTURAL NO BRASIL**. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/02.pdf>. Acesso em:
- POMPA, Cristina. História de um desaparecimento anunciado: as aldeias missionárias do São Francisco, s OLIVEIRA, João. **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhe** Janeiro: Contra Capa, 2011. p.267-292
- REESINK, Edwin. O coração da aldeia: a ilha, dominação interétnica, expropriação territorial histórica e “invi In: PACHECO DE OLIVEIRA, João. **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, m memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 513-546.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de sab Meneses, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Portugal, Coimbra: Edições Alameda As. 2009. p. 23-72.
- SANTOS, Brazilice Ferreira dos. A Cachoeira. In: SANTOS, Brazilice Ferreira dos; SIQUEIRA, Kárpio M Paulo Afonso: JB, 2016. p.6. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbncsaXZyb3N1YnVudHV8Z> acesso em: 15 Ago. 2016.
- SANTOS, Brazilice Ferreira dos; SIQUEIRA, Kárpio Márcio de. (Orgs.) **En(cantos) Kaimbé**. Paulo Afonso: J
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

TURNER, Victor. Os símbolos no ritual Ndembu. In: **Floresta de Símbolos**- Aspectos do Ritual Ndembu. Nit
WALDMAN, Maurício. **Meio ambiente & antropologia**. Coord. José Ávila Aguiar Coimbra. São Paulo: Edit

* **Autor : Kárpio Márcio de Siqueira**, Docente do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – Campus VIII – Paulo Afonso - BA, Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão – UBUNTU. Aluno do do Postgrado Doctorado en Ciencias de la Educación, Universidad Interamericana, Assunción-PY. Líder do Grupo de Pesquisa- CNPq – UBUNTU – Educação Contextualizada, Processos Teóricos, Metodológicos e Tecnológicos Aplicados à Produção de Dispositivos Didáticos. Email: karpio_siqueira@yahoo.com.br